

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**Lei Municipal nº 1378/94**  
**Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011**

**Ata nº 010/2020**

1 Ata da Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos –  
2 CMAS, cuja temática refere-se à População em Situação de Rua, realizada no dia 24 de Setembro  
3 de 2020, via plataforma online SKYPE, com a presença de conselheiros e convidados, em um  
4 total de 21 (vinte e uma pessoas) e da Sra. Tainara. Iniciando a reunião as 14h10, Sra. Marilda –  
5 Coordenadora, em exercício, do GT, deseja uma boa tarde a todos e questiona se faz necessária  
6 a leitura da ata anterior, os presentes manifestam que não é necessário, sendo assim aprovada  
7 em sua plenitude. Após a leitura da ata, Sra. Marilda solicita que os presentes na reunião possam  
8 se apresentar e passou-se ao primeiro item da pauta: presença da gestora do Programa Novo  
9 Olhar para contribuições a respeito do andamento dos assuntos abordados nas reuniões  
10 anteriores. Sra. Marilda questiona se a Sra. Juliana confirmou presença e Sr. Leandro informa que  
11 não foi dada devolutiva ao conselho do convite realizado via e-mail. Sra. Miriam justifica a  
12 ausência da Sra. Juliana, tendo em vista que a mesma precisou estar presente em outra  
13 atividade. Na oportunidade apresenta o Sr. Daniel, assistente social, como seu apoio técnico na  
14 coordenação de atenção a pessoa em situação de rua. Sra. Marilda passa informar os dados de  
15 pessoas com COVID-19 em situação de rua. A princípio são 22 pessoas contaminadas, sendo  
16 que em 20 pessoas foram feitos o teste rápido e em 01 o teste PCR. Lembra que no início da  
17 pandemia tiveram 01 caso que foi acolhido no abrigo de emergência, o que totaliza os 22 casos.  
18 Destes 12 foram acolhidos conforme o desejo dos mesmos. Aponta que muitas pessoas são  
19 assintomáticas e que só o abrigo de emergência atendeu os casos de COVID-19, o que atendeu a  
20 discussão deste grupo no início da pandemia. Na sequência Sra. Marilda questiona a Sra. Miriam  
21 sobre o próximo item de pauta, que refere-se a reforma da unidade SEACOLHE-AIF, para quando  
22 está agendada a contratação da empresa e da tomada de preço? Sra. Miriam informa que quem  
23 está à frente da reforma é o secretário adjunto e o assessor técnico. Informa que o processo está  
24 caminhando bem, que já houve conversa com o chefe da unidade que apontou mais correções no  
25 projeto. Todavia informa que não tem mais informações sobre os tramites burocráticos, mas que  
26 irá verificar e trazer a informação na próxima reunião. Sra. Marilda aponta que as vagas da  
27 SEACOLHE – AIF estão restritas, devido a perspectiva da reforma, sendo assim precisa-se de  
28 uma previsão, uma vez que o recurso já está disponível e precisa ser justificada sua utilização,  
29 pois trata-se de recurso federal. Sra. Maria José pede mais esclarecimentos sobre a possibilidade  
30 do município em contratar vagas em hotéis para moradores de rua? Sra. Marilda esclarece que a  
31 gestão municipal optou pela reforma de unidade pública, que permanecerá em benefício dos  
32 usuários, do que a contratação de vagas em hotéis que seria temporária. Lembra também que o  
33 município de São Paulo teve problemas com esse tipo de contratação, pois mesmo após os  
34 contratos assinados os hotéis se recusavam a receber os moradores de rua. Na sequência Sra.  
35 Marilda aponta que a presença da gestora do Programa Novo Olhar seria para dialogar sobre a  
36 construção do projeto de minuta de criação de comitê municipal, conforme prevê o Decreto  
37 Municipal do Programa Novo Olhar. Sra. Eline aponta que se torna difícil uma vez a ausência em  
38 toda reunião da gestora do Programa, a discussão sempre fica em aberto. Sra. Nayara aponta  
39 que é importante à presença do Sr. Daniel e da Sra. Miriam, que podem indicar alguém para  
40 responder pelo Programa. Lembra que em reunião em julho de 2019 neste conselho, houve o  
41 comprometimento da gestora do Programa em apresentar a minuta do comitê em até 30 dias, por  
42 tanto é importante discutir essa questão. Sra. Aurora lembra que essa questão de população em  
43 situação de rua é discutida a muito tempo e o que se cobre do município é a assinatura do Termo  
44 de Aceite a Política Nacional de Atenção a Pessoa em Situação de Rua. Lembra que estamos em  
45 fim de gestão e precisa se garantir isso. Sra. Miriam informa que já há a minuta do decreto de  
46 criação e o documento está tramitando em análise na Procuradoria do Município. Trata-se de um  
47 comitê intersecretarial que prevê a participação de outras Políticas Públicas. Na próxima reunião

48 trará uma devolutiva. Sra. Marilda aponta que o conselho não conhece esse documento e precisa-  
49 se dar ciência, mesmo já estando na procuradoria. Sendo assim, solicita que seja enviada uma  
50 cópia para conhecimento deste grupo de trabalho, uma vez que ainda não foi aprovado. Sra.  
51 Marilda lembra também que se faz necessária à criação de um Plano de Contingenciamento da  
52 Assistência Social no combate a COVID-19. Parece que a pandemia esta acabando, mas as  
53 coisas para a população em situação de rua esta se elevando. O abrigo de emergência deve  
54 continuar não se pode prescindir das vagas, não deve ficar restrito apenas nas fases da pandemia  
55 o seu funcionamento. Cita os dados do CENSO de 2013 e aponta que o município não atende  
56 nem metade do número de pessoas em situação de rua e relação a vagas de acolhimento. Sr. Rui  
57 aponta que em relação ao CENSO, não é a primeira vez que se questiona, mas há uma previsão  
58 sobre os dados do último CENSO realizado? Sra. Miriam informa que estão aguardando, uma vez  
59 que foi feita a parceria com a UNIFESP, sendo assim depende de decisão do reitor e do gestor da  
60 SEDS para a divulgação dos dados. Sra. Marilda sugere se não se pode convidar alguém da  
61 UNIFESP para dialogar sobre essa informação aqui neste grupo? Pois mês que vem fará 1 ano da  
62 contagem e não temos informações. Sr. Décio relata que está se correndo contra o tempo. A noite  
63 que foi feito o CENSO as ruas estavam vazias. Não será uma realidade de fato. Aponta que  
64 participou do processo. Sra. Miriam aponta que foi feito um trabalho o ano inteiro e discorda com a  
65 fala sobre que o dia escolhido não represente a realidade. Foram 120 voluntários e levou-se em  
66 consideração todos que estavam acolhidos e hospitalizados, além dos que estavam nas ruas.  
67 Com relação às vagas, aumentaram-se em 52 vagas (Casa Êxodo) e 50 vagas no abrigo  
68 emergencial. Tem-se 85 vagas disponíveis e 175 em acolhimento. Há pessoas que ainda não  
69 aceitam o acolhimento. Contudo aponta casos de sucesso no acolhimento de emergência. Sra.  
70 Marilda registra que estão evoluindo na questão do entendimento sobre o serviço de acolhimento.  
71 Sra. Nayara concorda com as falas. O desafio é metodológico. Sobre o CENSO é oportuno o  
72 convite a UNIFESP, mas não em nome de uma pessoa específica, pois foi um conjunto de  
73 pessoas. Sr. Rui aponta que a adesão a Política Nacional a Atenção Pessoa em Situação de Rua  
74 poderá contribuir para a rede de serviços funcionarem melhor. Sra. Tatiana informa que nesta  
75 semana recebeu na Defensoria Pública convite da OAB convidando as autoridades jurídicas para  
76 discutir a questão das pessoas em situação de rua em torno do Fórum. Sendo assim, gostaria de  
77 ouvir deste grupo sobre essa questão para que pudesse levar para a referida reunião. Acredita  
78 que o Senhor Prefeito deve convidar as pessoas responsáveis pela execução dos serviços de  
79 atenção a população de rua. Sra. Miriam informa que não tem conhecimento sobre a referida  
80 reunião, pois deve ter sido convidado o Senhor Secretário que deve chama-la para a reunião. Sra.  
81 Marilda aponta que se precisa pensar sobre essas questões, lembra que os serviços têm seus  
82 relatórios mensais com as devidas informações. E com relação ao território em torno do Fórum,  
83 deverá se abrir processo de análise do entorno. Sra. Luciana registra que é importante ir além de  
84 se pensar apenas no abrigamento. Tem-se que ampliar o olhar da população em situação de rua  
85 como se fosse apenas assistência social e saúde, devemos incluir outras políticas públicas. Sra.  
86 Nayara aponta que os assuntos tratados só indicam a importância de estar-se alinhados para a  
87 criação de um comitê que possa fortalecer as redes de cuidados das pessoas em situação de rua,  
88 não restritos a Assistência Social e suas camas de abrigos. Sra. Marilda aponta que para ter-se  
89 um Plano Municipal precisa-se de dados do CENSO, não se constrói Política Pública sem dados.  
90 Sra. Maria José registra que este grupo evoluiu e caminhou. Tem pessoas que representa seus  
91 colegas de trabalho que tem a vontade de fazer a coisa acontecer e cumprir as deliberações.  
92 Sugere que haja um representante da OAB neste grupo. Sra. Nayara aponta que participa do  
93 Comitê de População em Situação de Rua de São Paulo e sugere que poderia se convidar um  
94 representante para dialogar sobre o caminho traçado para chegar a seus objetivos. Sra. Tatiana  
95 informa sobre o atendimento da defensoria. Até o final de agosto atendeu-se apenas casos  
96 emergenciais e desde o último dia 24 passaram a atender todos os casos. Sra. Marilda registra  
97 sua indignação com a redução do orçamento da Assistência Social para o exercício para 2021.  
98 Não tendo mais assuntos a tratar, Sra. Marilda declarou finalizada a reunião, às 15h40.

99  
100  
101  
102

**Marilda da Paixão Isaias dos Santos**  
**Coordenadora em Exercício – GT/POP Rua – CMAS**